

REVISTA MEDICINA

SEPARATA

V. 17 (1-2), 1954

PONTO DE VISTA

A DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

JOSÉ CARLOS PEREIRA (1)

Quando se fala em democratização é conveniente precisar-se do que está se falando para evitar mal-entendidos. De modo geral, o termo diz respeito a um processo pelo qual se procura diminuir as diferenças entre as pessoas no tocante à tomada de decisões políticas que afetam o conjunto social ao qual elas pertencem, seja tal conjunto uma associação, uma comunidade ou uma nação. Coloca-se a questão, nesse caso, do voto de qualidade. Foi antidemocrático, por exemplo, o voto no período imperial (com base na chamada constituição da mandioca) uma vez que só era permitido àqueles que tinham uma certa renda. Já democrático é o voto nas cooperativas, comparativamente ao exercido nas sociedades anônimas. Naquelas, cada pessoa significa um voto, independentemente do número de quotas, enquanto, nestas, o voto vincula-se à quantidade de ações possuídas. Ou seja, na democracia, as pessoas podem ser desiguais em talento, capacidade, riqueza, poder e prestígio, mas é suposto que todos têm igualmente o direito de se manifestarem quanto à direção política do conjunto social de que fazem parte. Essa distribuição equitativa do poder, característica da democracia, faz com que, por vezes, se pense em democracia também no caso de outras esferas do social através, por exemplo, do acesso mais justo a bens e serviços, entre os quais a educação.

A democratização é um ideal liberal, defendido pela burguesia revolucionária contra a nobreza privilegiada. Não pretende discutir as causas da desigualdade, já que suas raízes estão na apropriação diferencial do exceden-

te econômico e na herança. De fato, se houvesse preocupação de, através da Universidade, sanar, parcialmente que fosse, essas outras desigualdades, ter-se-ia que alterar, de início, o próprio processo de seleção de alunos. Como é evidente, a ela praticamente só chegam os alunos pertencentes às classes de rendas médias e altas. Nesse caso, se quiséssemos estabelecer uma certa igualdade de oportunidades, teríamos que adotar outros critérios de seleção. Por exemplo, poder-se-ia proceder a um sorteio aleatório entre os que pretendessem cursá-la ou aceitar todos os candidatos, fazendo-se posteriormente uma classificação interna, como se faz em algumas universidades hispano-americanas. Não é disso que se trata entretanto. Na verdade, seria socialmente pouco produtor tentar-se obviar uma desigualdade que radica na própria estrutura social através de tais paliativos.

O que se discute é o fato de um grupo minoritário, que até pode ser técnica e cientificamente capaz, decidir dos destinos da Universidade. O poder, nesta, concentra-se em colegiados como o Conselho Universitário, em que quase 50% dos membros (os diretores de escolas e faculdades) foram escolhidos pelo Reitor em listas sextuplas elaboradas por Congregações compostas, em sua quase totalidade, por professores titulares. Duas coisas se contrapõem aqui ao tratamento mais igualitário dos demais membros da instituição universitária. Em primeiro lugar, por ser mais gritante, a excessiva concentração de poderes nas mãos do Reitor. Este tem condições, nesse sistema, de praticamente impedir a renova-

(1) Livre-Docente do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto — USP.

ção dos quadros de mando. E é isso o que se tem verificado no decorrer das duas últimas décadas. Diretores e reitores são geralmente escolhidos dentro de um mesmo grupo, cujos membros se revezam no poder. Em segundo lugar, a predominância dos professores titulares em detrimento dos demais professores. Seria conveniente observar que a estrutura administrativa das universidades federais é muito mais democrática do que a da USP, embora, entre as universidades paulistas, possivelmente, a UNESP seja aquela cuja organização maiores vícios totalitários possua. A escolha mais democrática dos elementos que ocupariam posições de Reitor, Diretor e Chefe de Departamento supõe, não necessariamente, um voto igualitário entre todos os membros da associação, mas um voto de qualidade menos exagerado, dando-se maior oportunidade, sobretudo aos demais membros do corpo docente, bem como ao alunado e ao funcionalismo, de participarem dessa escolha. Diga-se de passagem que, em termos de votos de uma massa de pessoas vinculadas à mesma instituição em postos diversos, é sempre grande a similitude das preferências. Em todas as experiências já feitas em escolas, dificilmente há discordâncias maiores entre professores, funcionários e alunos, o que mostra como os líderes da associação são por todos reconhecidos. É disso exemplo a última eleição direta para diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

A democratização, no sentido indicado, diz respeito ao preenchimento de cargos que são antes políticos do que técnico-administrativos. No caso destes, por sinal, a carreira universitária não é feita visando exatamente seu preenchimento. Quantas vezes se diz mesmo que a conquista da posição de professor titular significa a perda de um excelente cientista e pesquisador e o ganho de um mau administrador!

Na verdade, deveria haver diferentes colegiados universitários: uns técnico-administrativos e outros políticos. Não tem sentido por exemplo, que um Conselho Universitário democraticamente eleito sobrearregue a maior parte de seu tempo discutindo assuntos politicamente irrelevantes. O que lhe competiria, fundamentalmente, seria a discussão dos rumos de Universidade e não preocupação com questões mais ou menos de rotina. Este descaminho,

infelizmente, tem sido comum na história dos colegiados brasileiros, a começar do próprio Congresso. É o caso, também, na área educacional, do Conselho Federal e dos Conselhos Estaduais de Educação. Um exemplo da diferença entre cargo técnico e político está em que, para ser general, é preciso ser militar, mas não para exercer o comando supremo das Forças Armadas, o qual cabe ao Presidente da República, cargo civil.

Cargos políticos são preenchidos por líderes e não por chefes. Por isso mesmo, nunca o comando da burocracia deve caber a um burocrata. Tais cargos expressam os inevitáveis conflitos e dissensões existentes em qualquer instituição de certo porte. Divergências estas que, simplesmente, podem refletir, em maior ou menor grau, os conflitos societários. Só aqueles que têm uma visão idealista do mundo creem que dominados e dominadores, possuidores e despossuídos, possam sempre interesse assemelhados. É claro que em relação ao todo social mais amplo ao qual pertençam, essa similitude pode existir, mas seria uma abstração supô-la permanente e subsistindo em todas as situações. Seria o mesmo que falar da população em geral, sem considerar as divisões de todo o tipo nela existentes.

A argumentação de que determinadas situações de desigualdade são tão antigas que se tornam tradicionais e, portanto, naturais, significa admitir que as regras sociais são imutáveis, assemelhadas a uma lei incontestável da Física. Ora, as primeiras, como construções sociais, podem e devem ser alteradas quando as condições que as tornavam possíveis e mesmo necessárias também se modificaram. No passado, quando essas desigualdades foram estabelecidas, os conflitos eram menos intensos na Universidade porque a sociedade era muito mais desigual, e àquela só chegavam os membros da elite, quer como professores quer como alunos. A própria democratização do acesso à Universidade alterou o "status quo". Além do mais, divergências maiores não existiam em seu interior porque o catedrático era, frequentemente, como que um senhor feudal, que geralmente exigia, dos seus "súditos" assistentes, total lealdade e submissão.

Com o avanço dos processos de industrialização e urbanização as relações sociais de dominação-subordinação extremamente assimétricas características da sociedade agrária

tenderam a enfraquecer. Novas classes sociais surgiram no cenário político-social e tornaram-se interlocutoras do poder. Como não podia deixar de ser, a Universidade foi afetada por tais transformações. É bem verdade que, em contrapartida, o cerceamento da livre manifestação das idéias ao nível da sociedade global e o estabelecimento de um regime político com características ditatoriais, no Brasil, igualmente tiveram repercussões negativas sobre a Universidade brasileira, e em particular na USP. O atual processo de abertura política deve, entretanto, nela também se refletir.

Pode-se dizer mesmo que, hoje, já constitui uma posição exageradamente conservadora recusar a participação maior de setores mais amplos nas decisões que afetam a vida da Universidade. A resistência à democratização por parte dos que se beneficiam da presente situação de participação limitada daqueles setores em tais decisões é compreensível. Mas impõe-se contra ela lutar (e vencê-la) para que uma instituição social como a Universidade, que tem até mesmo a pretensão de indicar rumos à sociedade inclusiva, dê-lhe também o exemplo.